

O RETRATO DE UM CONTINENTE EM DISPUTA

A RESILIÊNCIA DA ESQUERDA NA BOLÍVIA, NO CHILE E NO URUGUAI

MARÍLIA CLOSS E TALITA TANSCHKEIT

INTRODUÇÃO

Os últimos cinco anos são marcados pela eleição de novos presidentes de direita na América do Sul. Mauricio Macri na Argentina (2015), Sebastián Piñera no Chile (2017), Iván Duque na Colômbia (2018), Jair Bolsonaro no Brasil (2018) e Luis Alberto Lacalle Pou no Uruguai (2019) são os mais notáveis exemplos do que tem sido chamado de “giro à direita”, em contraposição ao então chamado “giro à esquerda”, quando, na virada do século XX, presidentes de esquerda chegaram ao poder na maioria dos países da região¹.

Essas direitas não são uniformes, e, ainda que haja confluência em sua dimensão socioeconômica, apresentando um programa e adotando políticas de orientação neoliberal, existem ênfases distintas em sua dimensão sociocultural². Tem destaque a disputa entre uma “direita moderada”,

MARÍLIA CLOSS é doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e pesquisadora do Observatório Político Sul-Americano (OPSA) e do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL).

TALITA TANSCHKEIT é doutora em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e professora no Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ).

1. Em menos de uma década, oito candidaturas de partidos de esquerda foram consagradas vitoriosas em eleições presidenciais, um acontecimento inédito para a região. São estas: Hugo Chávez na Venezuela, em 1998; Ricardo Lagos no Chile, em 2000; Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, em 2002; Néstor Kirchner na Argentina, em 2003; Tabaré Vázquez no Uruguai, em 2004; Evo Morales na Bolívia, em 2005; Rafael Correa no Equador; e Fernando Lugo no Paraguai, em 2008.

2. Mudde, C. *The Far Right Today*. [s.l.]: Wiley, 2019. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=8nr8wQEACAAJ>. Santos, Fabiano; Tanscheit, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. *Colombia Internacional*, [S. l.], 2019. DOI: 10.7440/colombiaint99.2019.06. Gago, Verónica. *La Razon Neoliberal: economías barrocas y pragmática popular. La razón neoliberal*, [S. l.], 2015.

3. Essas direitas têm como principal característica o seu posicionamento com relação ao problema das desigualdades entre as pessoas, concebidas como naturais e, portanto, fora do alcance do Estado. Ver Luna, Juan Pablo; Rovira-Kaltwasser, Cristóbal. *The Resilience of the Latin American Right*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

4. Mudde, C. *The Far Right Today*. [s.l.]: Wiley, 2019. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ix5OAAAAMAAJ>. Santos, Fabiano; Tanscheit, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. *Colombia Internacional*, [S. l.], 2019. DOI: 10.7440/colombiaint99.2019.06. Gago, Verónica. *La Razon Neoliberal: economías barrocas y pragmática popular. La razón neoliberal*, [S. l.], 2015.

5. Nesses três países, apenas na Argentina a esquerda foi eleitoralmente derrotada. Na Bolívia a sua destituição ocorreu por meio de um golpe e no Equador por uma manobra do presidente Lenín Moreno, eleito como sucessor de Rafael Correa e que, após tomar posse, rompeu com o ex-presidente e guinou rapidamente à direita.

cuja pauta é similar à da década de 1990, como Macri na Argentina, e uma direita radical, que compartilha dessa mesma agenda econômica, mas também enfatiza a utilização da violência (tanto física como simbólica) como solução para o conflito social, associada, a nosso ver, a três aspectos: i) ao conservadorismo moral e a aversão à efetivação de direitos para grupos sociais minoritários; ii) à relação com a democracia e o exercício da representação política; e iii) à necropolítica e à economia política da morte³. Seus principais expoentes são Duque na Colômbia e Bolsonaro no Brasil

É ainda possível observar uma radicalização da direita como um todo, implicando, para o caso sul-americano, a emergência de um neoliberalismo autoritário, em que “o capitalismo é governado de uma forma que tende a reforçar e confiar em práticas que marginalizam, disciplinam e controlam grupos sociais dissidentes e opositores políticos”⁴. O exemplo mais evidente foi o golpe na Bolívia e a autopromulgação da senadora Jeanine Áñez como presidenta interina em 2019.

Se existe de fato uma ascensão da direita na América do Sul, não é possível afirmar a sua hegemonia ou a existência de um novo ciclo similar ao “neoliberal” dos anos 1990 ou ao “progressista” dos anos 2000. Alberto Fernández e Luis Arce foram eleitos presidentes, respectivamente, na Argentina, em 2019, e na Bolívia, em 2020, e Andrés Arauz é uma das candidaturas favoritas para as eleições presidenciais do Equador, em 2021, indicando um retorno da esquerda em países que ela havia sido derrotada⁵. A singularidade desse período é a consolidação da esquerda nos sistemas partidários e na estruturação da competição política e eleitoral na região.

Esse artigo argumenta que, ao contrário de um giro “à direita” ou “à esquerda”, o que existe hoje na América do Sul é um retrato de um continente em disputa. Nessa novidade histórica, a excepcionalidade do período é a existência de es-

querdas enraizadas socialmente e competitivas eleitoralmente. Os seus caminhos ao poder, no entanto, são variados, e dependem de distintas trajetórias e experiências existentes (e possíveis) em cada um desses países⁶.

Para tanto, serão analisados os casos da Frente Ampla (FA), no Uruguai, do Movimento ao Socialismo (MAS), na Bolívia, e das esquerdas, no Chile. Para ilustrar esse argumento, fazemos uma recuperação histórica com o intuito de demonstrar esses caminhos, que culminaram por fim, nos processos eleitorais realizados em 2019 e 2020 nesses países. Nessas situações, há indícios significativos da resiliência da esquerda, de seu programa e de suas políticas, em um contexto de recrudescimento do neoliberalismo e do autoritarismo e de “restauração conservadora” por meio de associações entre a “direita moderada” e a “direita radical”.

Frente à imposição de novos desafios para a esquerda (e a democracia) na América do Sul, esses três casos são os que mais se aproximam da experiência brasileira, destacadamente do Partido dos Trabalhadores (PT), apresentando possíveis caminhos para a superação do neoliberalismo autoritário em curso no país, como será apresentado nas próximas seções.

A FRENTE AMPLA NO URUGUAI

O Uruguai é uma democracia comumente chamada de “partidocracia de consensos”⁷ em razão de sua estabilidade política⁸. Os seus dois partidos tradicionais, o Partido Nacional (blancos) e o Partido Colorado (colorados), são os mais antigos da América Latina, datando do século XIX, e se revezaram no poder até a década de 1970 em um esquema bipartidário que terminou apenas com a criação da Frente Ampla (FA)⁹.

A FA foi fundada em 1971 a partir de um núcleo de três partidos menores pré-existentes – o Partido Demócrata Cristão do Uruguai (PDCU), o Partido Socialista do Uruguai

6. Levitsky, Steven; Roberts, Kenneth M. The Resurgence of the Latin American Left. *Terra*, [S. l.], 2011.

7. Chasquetti, Daniel; Buquet, Daniel. La democracia en Uruguay: una partidocracia de consenso. *Política*, [S. l.], v. 42, p. 221–247, 2004.

8. Lanzaro, Jorge. Continuidad y cambios en una vieja democracia de partidos Uruguay (1910-2010). *Opinion Publica*, [S. l.], 2013. DOI: 10.1590/S0104-62762013000200001.

9. Buquet, Daniel; Piñero, Rafael. La Consolidación de un Nuevo Sistema de Partidos en Uruguay. *Revista Debates*, [S. l.], 2014. DOI: 10.22456/1982-5269.44774.

10. Lanzaro, Jorge. La izquierda uruguaya: de la adscripción corporativa al desarrollo de un partido de nuevo tipo. Montevideo: Instituto de Ciencia Política, Working Paper, 1996. Yafeé, Jaime. Al centro y adentro: la renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay. Montevideo: Linardi y Riso, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=EVd9AAAAMAAJ>.

11. Pérez Bentancur, Verónica; Piñeiro Rodríguez, Rafael; Rosenblatt, Fernando. How Party Activism Survives. [s.l.: s.n.]. DOI: 10.1017/9781108750851, p. 32.

12. Moreira, Constanza. A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. *Opinião Pública*, [s. l.], 2000. DOI: 10.1590/s0104-62762000000100002.

(PSU) o Partido Comunista do Uruguai (PCU) – além de egressos dos brancos e dos colorados. Com composição complexa e diversificada, o seu objetivo foi abrir uma brecha à esquerda no sistema partidário do país¹⁰.

A formação da FA advém, entretanto, de dois acontecimentos anteriores. As unificações do movimento sindical em 1964, com a criação da Convenção Nacional dos Trabalhadores, e das organizações de base em 1966, com a realização do Congresso do Povo. Em um período de aprofundamento do autoritarismo, a FA surge em um contexto de convergência da esquerda e de entendimento que, para fazer frente ao conservadorismo no país, seria necessário atuar de forma conjunta tanto na competição política e eleitoral quanto nas instituições representativas.

Em sua origem, a FA é ao mesmo tempo uma coalizão e um movimento, uma vez que ela é produto da unificação do sindicalismo, de organizações de base, de partidos de esquerda e de lideranças políticas independentes, tendo como proposta a criação de uma nova tradição política no Uruguai¹¹. No entanto, esse projeto foi interrompido apenas 2 anos após a sua fundação, com a consumação do golpe cívico-militar de 1973¹².

Durante a ditadura militar, a FA foi proscrita, e as suas lideranças políticas que não foram presas, torturadas, desaparecidas e assassinadas, atuaram na clandestinidade ou no exílio. A transição à democracia foi iniciada no marco do Plebiscito Constitucional de 1980, cujo objetivo era institucionalizar o autoritarismo por meio da criação de um regime constitucional que legitimasse o governo e substituísse a Constituição de 1967, em processo análogo ao de Augusto Pinochet no Chile. A proposta, no entanto, foi rechaçada por 57,2% da população, começando um processo de abertura política que chegou ao fim apenas com a eleição do colorado Júlio Maria Sanguinetti à Presidência da República em 1985. Ao contrário do Brasil, o fim da ditadura representou a restau-

ração do sistema partidário exatamente como ele era imediatamente antes do golpe cívico-militar¹³.

No que toca à FA, a sua atuação na transição à democracia contribuiu para continuidade de seu processo fundacional, uma vez que a organização foi partícipe, ao mesmo tempo, das mobilizações realizadas pelas bases e das negociações levadas a cabo pelos partidos para pôr fim à ditadura militar. A sua identidade baseada na tese das “duas pernas” – coalizão e movimento – foi amplamente reconhecida nesse processo, e a organização ingressou na democracia em condições favoráveis ao seu crescimento e em que dois aspectos devem ser destacados.

Em primeiro lugar, se a FA surgiu como uma “coalizão de partidos”, a agremiação se tornou rapidamente um “partido de coalizão”, e a pluralidade de tendências no interior da organização é a sua principal característica¹⁴. Ao passo que a sua reorganização é liderada pelos PDCU, PSU, PCU e Esquerda Democrática Independente (IDI), um acontecimento marca o período logo após a restauração da democracia no Uruguai: a solicitação de ingresso, em 1986, do Movimento de Liberação Nacional – Tupamaros (MLN-T), guerrilha urbana fundada em 1965 e que atuou durante décadas no país, antes e durante a ditadura militar¹⁵.

Junto a outros pequenos agrupamentos, como o Partido Pela Vitória do Povo (PVP) e o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), os tupamaros criaram o Movimento de Participação Popular (MPP)¹⁶ um polo à esquerda na FA em conjunto com o PCU¹⁷. Com cisões e reconfigurações, as tendências da FA integram uma estrutura multiforme que foi capaz de construir uma própria identidade e tradição, estando, desde a década de 1990, estruturada em torno de quatro tendências principais: o MPP do ex-presidente José “Pepe” Mujica, o PCU da ex-ministra de Desenvolvimento Social Marina Arismendi, o PSU do ex-presidente Tabaré Vázquez, e a Assembleia Uruguai do ex-vice presidente Danilo Astori.

13. Caetano, G.; Rilla, J. P. Breve historia de la dictadura: 1973-1985. [S.l.]: Centro Latinoamericano de Economía Humana, 1998. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ix5OAAAAMAAJ>.
Moreira, Constanza. A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. *Opinião Pública*, [S. l.], 2000. DOI: 10.1590/s0104-62762000000100002.

14. Lanzaro, Jorge. *La izquierda uruguaya: de la adscripción corporativa al desarrollo de un partido de nuevo tipo*. Montevideo: Instituto de Ciencia Política, Working Paper, 1996.

15. Yaffé, Jaime. *Al centro y adentro: la renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay*. Montevideo: Linardi y Risso, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ix5OAAAAMAAJ>.

16. O MPP é desde 2004 a maior tendência da FA. O PVP e o PST já não integram mais o MPP.

17. Garcé, Adolfo. Ideologías políticas y adaptación partidaria: El caso del MLN-tupamaros (1985-2009). *Revista de Ciencia Política*, [S. l.], 2011. DOI: 10.4067/S0718-090X2011000100006.

18. Pérez Bentancur, Verónica; Piñeiro Rodríguez, Rafael; Rosenblatt, Fernando. How Party Activism Survives. [s.l.: s.n.]. DOI: 10.1017/9781108750851, p. 56.

19. Garcé, Adolfo; Yaffé, Jaime. La izquierda uruguaya (1971-2004): ideología, estrategia y programa. *América latina hoy: Revista de ciencias sociales*, [S. l.], 2006.

Em segundo lugar, se as tendências são a sua primeira perna (a coalizão), os Comitês de Base são a sua segunda perna (o movimento). Existentes desde o início do partido, os Comitês de Base são espaços de organização territorial e temática da FA, que tem como objetivo a sua integração às comunidades locais e às organizações da sociedade civil¹⁸. Em contraposição aos Núcleos de Base do PT, essas estruturas têm voz e voto, e representam metade dos órgãos de direção da FA, com um alto impacto sobre as suas decisões políticas. Esse papel faz com que a sua relevância tenha sido contínua ao longo de sua história, em um ambiente reafirmado como ponto de convergência e de construção da unidade da esquerda uruguia.

Dessa forma, foi construída uma estrutura dual à FA: a da coalizão, onde ocorre a disputa entre as facções, e a do movimento, onde estão as e os militantes das bases e que não necessariamente participam de facções. Feitas essas considerações, a FA pode ser observada em três recortes temporais. O primeiro, entre 1971 e 1985, é o período do frentismo, em que há uma forte influência do marxismo-leninismo e as posições revolucionárias estão sobrepostas às reformistas. O segundo, entre 1985 e 1994, é o período da transição, em que esse cenário começa a ser modificado com a crise do chamado socialismo real, e a democracia deixa de ser um acessório e passa, paulatinamente, a ser indispensável. O terceiro, a partir de 1995, o período do progressismo, marcado por uma moderação programática e pela ampliação das alianças da FA com vistas à Presidência da República¹⁹.

Se há uma moderação programática, a mesma ocorreu de forma lenta e gradual e sem que houvesse uma perda das “duas pernas” da FA ou de seu conteúdo antioligárquico e anti-imperialista, prevalecendo a unidade social e política do partido. Dois acontecimentos são importantes para a análise desse processo. O começo do “ciclo neoliberal”, em 1989, com a eleição de Luis Alberto Lacalle, um blanco, à Presidência da

República; e a eleição, nesse mesmo ano, de Tabaré Vázquez, um frente amplista, à prefeitura de Montevideú.

O período abriu novas oportunidades para a atuação da FA e do Plenário Intersindical de Trabalhadores – Convenção Nacional dos Trabalhadores (PIT-CNT), única central sindical do país e com forte capacidade de mobilização popular. Ao liderar, em conjunto com o sindicalismo, a oposição ao neoliberalismo, a FA enfatizou o seu efeito sobre o aumento das desigualdades sociais e econômicas, notadamente sobre a pobreza e o desemprego. Por outro lado, a experiência em Montevideú possibilitou a experimentação política por meio da conjugação de novos formatos participativos e deliberativos de democracia à representação política, cujo objetivo é a promoção da igualdade²⁰. Não à toa desde então a FA está à frente da prefeitura da cidade, atualmente com Carolina Cosse.

É nesse panorama que nasce o sucesso eleitoral da FA no século XXI, com as eleições à Presidência da República de Tabaré Vázquez, em 2004, José “Pepe” Mujica, em 2009, e novamente Tabaré Vázquez, em 2014, e a obtenção, nessas ocasiões, de maioria no Congresso Nacional. A composição desses governos respeitou a unidade partidária, em um “ciclo progressista” destinado a colocar em prática a “democratização da democracia” que desde a década de 1990 inspirou a esquerda sul-americana.

Nesse período, tem destaque a redução das desigualdades sociais e econômicas, com a criação do Ministério de Desenvolvimento Social²¹, destinado ao combate à pobreza e à indigência; a realização de uma reforma trabalhista, responsável por regulamentar o salário mínimo e ampliar os direitos dos trabalhadores; a implementação da “agenda de direitos” com a legalização do aborto, da maconha e do matrimônio igualitário; e o sistema nacional de cuidados. Também tem relevância a variedade de experiências em participação social, com conselhos, conferências, ouvidorias, mesas de diálogo e

20. Goldfrank, Benjamin. *Deepening Local Democracy in Latin America: Participation, Decentralization and the Left*. University Park - PA: Pennsylvania State University Press, 2011.

21. Análogo ao criado no Brasil em 2003.

22. De Armas, Gustavo; Luzuriaga, Andrea; Machado, Florencia. *Estado, sociedad y participación social en el gobierno del Frente Amplio*. Análisis de algunas experiencias. Udelar. FCS-ICP: Friedrich Ebert Stiftung, Montevideo.

23. Os outros três candidatos, César Vega, do Partido Ecologista Radical Intransigente, Edgardo Novick, do Partido de la Gente, e Pablo Mieres, do Partido Independente, não obtiveram juntos 4% dos votos.

24. Ver "Governo uruguaio pune chefe do Exército por criticar reforma das pensões militares". Disponível em: https://brasil.elepaís.com/brasil/2018/09/20/internacional/1537405953_581619.html. Acesso em 12/12/2020.

audiências, destinadas ao estabelecimento de novas formas de diálogo entre o Estado e a sociedade²².

Nas eleições presidenciais de 2019, já no contexto do fim do “ciclo progressista”, marcado pela queda dos preços das commodities e por um processo de “restauração conservadora” em toda a região, a FA sofreu a sua primeira derrota após três vitórias consecutivas. O frenteamplista Daniel Martínez, ex-prefeito de Montevideu, foi derrotado em segundo turno pelo blanco Luis Alberto Lacalle Pou, com uma pequena margem de 1,58% dos votos. No primeiro turno, Martínez obteve 39,02% e Lacalle Pou 28,62%, seguidos do colorado Ernesto Talvi, com 12,34%, e o ex-comandante em chefe do Exército Nacional Guido Manini Ríos, com 11,04% dos votos²³.

Alguns elementos propriamente políticos devem ser apontados para a análise dessas eleições. Em primeiro lugar, tem destaque a crise entre o Executivo e o Exército Nacional, que resultou na demissão de Manini Ríos, então comandante em chefe da instituição, em razão de declarações “negacionistas” com relação às graves violações de direitos humanos perpetradas durante a ditadura militar²⁴. Nesse contexto, Manini Ríos fundou o partido de “direita radical” Cabildo Abierto, de bases sociais e eleitorais fortemente conservadoras, obtendo um bom desempenho eleitoral tanto nas eleições parlamentares quanto nas eleições presidenciais, como já mencionado acima.

Em segundo lugar, no contexto do segundo turno, Lacalle Pou fundou a “coalizão multicor”, composta por todos os partidos que apresentaram candidaturas às eleições presidenciais com a exceção do Partido Ecologista Radical Intransigente. O processo é análogo à unificação da esquerda uruguaia na década de 1970, visto como essencial para a crescimento e a ampliação das bases sociais e eleitorais da FA. Nesse caso, todavia, a sua manutenção é complexa, na medida em que pressupõe consensos incertos entre as direitas “mo-

derada” e “radical”. Se a FA perdeu as eleições e não obteve maioria no Legislativo, ela permaneceu sendo a primeira força no Congresso Nacional.

Nas eleições locais e regionais de 2020, prevaleceu um cenário de diminuição da FA. De um total de dezenove departamentos, o Partido Nacional venceu em quinze, o Partido Colorado em 1 e a FA em 3, mantendo Montevideu, Canelones e Salto, mas perdendo Paysandú, Río Negro e Rocha. No entanto, os 3 departamentos que continuarão sendo administrados pela FA representam cerca de 65% da população e mais de 50% do PIB do país. Ambos os cenários favorecem a atuação política da FA, seja como oposição ao governo nacional, seja como governo na região metropolitana do país.

Lacalle Pou iniciou o seu mandato presidencial em 1º de março de 2020, no contexto da pandemia do coronavírus e do reconhecimento por um bom manejo da crise sanitária. No entanto, o seu primeiro ano tem sido marcado por políticas que reúnem aspectos da “direita moderada” e da “direita radical”, com destaque para a Lei de Urgente Consideração, a “LUC”, sancionada em 8 de julho de 2020²⁵ e que reúne uma agenda neoliberal e antidireitos. A legislação translada atividades produtivas, sociais ou essenciais do Estado à esfera do mercado, modifica a compreensão sobre a “legítima defesa”, flexibiliza o porte de armas e restringe o direito à manifestação²⁶.

Para fazer frente à “coalizão multicolor”, foi criada ainda em março a InterSocial, espaço de convergência sociopolítica da oposição, liderado pelo PIT-CNT e que tem como objetivo defender as conquistas dos governos frenteamplistas e saídas à crise sanitária, econômica e social, impedindo o aumento das desigualdades sociais e protegendo as populações mais vulneráveis²⁷. O seu primeiro desafio será, em conjunto com a FA, derrogar a “LUC” via referendo²⁸, dispositivo constitucional utilizado ostensivamente durante a década de 1990 para a revogação de reformas de orientação neoliberal²⁹.

25. Ver Lei 18.889. Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19889-2020>. Acesso em 12/12/2020.

26. Ver “Nace ley de urgente consideración. Los diez puntos clave del proyecto de Lacalle Pou”. Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/nace-ley-urgente-consideracion-puntos-clave-proyecto-lacalle-pou.html>. Acesso em 12/12/2020.

27. Ver “Nueva plataforma InterSocial pide que de una vez por todas el capital pague esta crisis”. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/nueva-plataforma-intersocial-pide-que-de-una-vez-por-todas-el-capital-pague-esta-crisis-202062124323>. Acesso em 12/12/2020.

28. Ver “InterSocial no llego a un consenso sobre la LUC pero sus principales organizaciones acordaron promover la derogación de 133 de sus artículos”. <https://ladiaria.com.uy/politica/articulo/2020/12/intersocial-no-llago-a-un-consenso-sobre-la-luc-pero-sus-principales-organizaciones-acordaron-promover-la-derogacion-de-133-de-sus-articulos/>. Acesso em 12/12/2020.

29. Bidegain, Germán; Tricot, Víctor. Political opportunity structure, social movements, and malaise in representation in Uruguay, 1985-2014. In: Malaise in Representation in Latin American Countries: Chile, Argentina, and Uruguay. [s.l.: s.n.]. DOI: 10.1057/978-1-137-59955-1_6.

30. O *katarismo*, movimento aymara altioplânico cujo nome faz referência Túpac Katari, liderança indígena no século XVIII, tem sua origem no final dos anos 1960 e se caracteriza por construir sua agenda política na retomada da identidade indígena – e em detrimento da concepção de mestiçagem que a Revolução Boliviana construiu. Destaca-se o papel político do movimento entre 1960 e 1970, para a construção de movimentos camponeses e originários independentes dos sindicatos tradicionais. Silva, Fabricio Pereira da. Equilíbrios Precários: a trajetória do Movimento ao Socialismo e seus dilemas. In: Domingues, José Maurício; Guimarães, Alice Soares. Mota, Aurea; Silva, Fabricio Pereira (Orgs.) *A Bolívia no Espelho do Mundo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 71.

31. Alto, Hervé do. Cuando el nacionalismo se pone el poncho: Una mirada retrospectiva a la etnicidad y la clase en el movimiento popular boliviano (1952-2007). In: Stefanoni, Pablo; Svampa, Maristella. *Bolívia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2007. Cunha Filho, Clayton Mendonça. *A construção do horizonte plurinacional: liberalismo, indianismo e nacional-popular na formação do Estado boliviano*. 2015. 315 f. Tese (Doutorado). Curso de Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Ainda que o Uruguai tenha “girado à direita”, é importante ser pontuado o vigor da FA, o maior partido do país. Adicionalmente, a manutenção de seu bastião, Montevideu, e da região metropolitana, Canelones, possibilita uma oposição análoga à da década de 1990. Foi necessária a fundação de uma coalizão de toda a direita, da “moderada” à “radical”, para que Lacalle Pou conquistasse a vitória em segundo turno. Nesse processo, blancos e colorados até mesmo abriram mão de temas essenciais aos seus programas políticos, em especial aqueles relativos à democracia e à crítica ao autoritarismo, vis-à-vis o apoio de Manini Ríos e do Cabildo Abierto.

Se a emergência da “direita radical” sob a liderança de Manini Ríos deve ser observada com atenção, é possível reafirmar (atualmente) a estabilidade política e democrática no Uruguai. Nesse cenário, não apenas a FA segue sendo um de seus principais artífices, como os avanços em democracia e igualdade são frutos de sua própria trajetória e do enfrentamento, como coalizão e movimento, ao conservadorismo e ao neoliberalismo no país.

O(S) MOVIMENTO(S) AO SOCIALISMO NA BOLÍVIA

Com uma trajetória mais recente que a FA no Uruguai, o Movimento ao Socialismo (MAS) nasce na década de 1990 das lutas contra o neoliberalismo e a privatização de recursos naturais na Bolívia. Em um contexto de decadência do sindicalismo tradicional e de abertura de oportunidades para a emergência de novos movimentos sociais, o qual pode ser observado o crescimento do movimento katarista³⁰, as categorias de “classe” ou “campesino” e a percepção de “nação mestiça” passaram a ser vistas como insuficientes para a organização da ação coletiva e de mobilizações populares no país, ganhando força as categorias de “indígena” ou “populações originárias”³¹.

Tem destaque a reorganização do sindicalismo rural por meio da mobilização da categoria de “campesinos-indígenas”, baseada na articulação de raça e território, e fortalecida pela chegada dos cocaleros no ambiente sociopolítico boliviano³². Nesse cenário, os movimentos sociais construíram uma agenda comum destinada à refundação da Bolívia e em que a inserção na política institucional seria uma tarefa fundamental. Nasce, a partir disso, a tese do instrumento político:

A construção de um instrumento político é (...) aprovada no VI Congresso da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campesinos da Bolívia (CSUTCB), em 1994, e logo concretizada mediante a organização do congresso ‘Terra, Território e Instrumento Político’, realizado em Santa Cruz de la Sierra em 1995. Participaram desse congresso fundacional a CSUTCB, a Confederação Sindical de Colonizadores de Bolívia (CSCB), a Federação Nacional de Mulheres Campesinas de Bolívia – Bartolina Sisa (FNMCSB) e a Confederação de Povos Indígenas do Oriente Boliviano (CIDOB). Os membros do novo ‘partido’ – a Assembleia pela Soberania dos Povos (ASP) – elegeram como cabeça o dirigente campe-sino do vale de Cochabamba Alejo Véliz. (...) A construção desse instrumento político dá lugar à criação de uma importante e original engenharia política, na qual não existe diferenciação fundamental entre organizações sindicais e estruturas partidárias³³.

Em 1997, o instrumento político é oficialmente convertido no Movimento ao Socialismo – Instrumento Político para a Soberania dos Povos (MAS – IPSP), reunindo diversas organizações vinculadas não só à classe e ao trabalho, mas também à terra e à raça. Em sua agenda, a refundação da Bolívia deveria ocorrer por meio de uma Assembleia Constituinte cujo principal objetivo seria a construção de um novo relacionamento com os recursos naturais, seja pela sua nacionalização, inserido em uma gramática

32. Alto, Hervé do. Cuando el nacionalismo se pone el poncho: Una mirada retrospectiva a la etnicidad y la clase en el movimiento popular boliviano (1952-2007). In: Stefanoni, Pablo; Svampa, Maristella. *Bolívia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

33. Alto, Hervé do. “Cuando el nacionalismo se pone el poncho”: Una mirada retrospectiva a la etnicidad y la clase en el movimiento popular boliviano (1952-2007). In: Stefanoni, Pablo; Svampa, Maristella. *Bolívia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 39, tradução nossa.

34. Silva, Fabricio Pereira da. *Equilíbrios Precários: a trajetória do Movimento ao Socialismo e seus dilemas*. In: Domingues, José Maurício; Guimarães, Alice Soares. Mota, Aurea; Silva, Fabricio Pereira (Orgs.) *A Bolívia no Espelho do Mundo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

35. Conjunto de movimentos sociais formado pela CSUTCB, pela Confederação Sindical de Comunidades Interculturais da Bolívia (CSCIB), pelo Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Quillasuyu (CONAMAQ), pela CIDOB e pela Confederação Nacional de Mulheres Campesinas Indígenas Originarias da Bolívia – Bartolina Sisa (CNMCI OB – BS).

anti-imperialista, ou pela convivência mais equilibrada com a natureza, em concordância com as cosmogonias indígenas e o princípio do bem-viver.

Assim, o MAS emerge como o representante dessas demandas na competição política e eleitoral, atuando na fronteira entre o partido e o movimento e justapondo agendas nacionalistas, socialistas e indigenistas, ou seja, com uma identidade calcada em nação, classe e raça³⁴. O seu êxito é facilmente verificável: em 1997, são eleitos 4 deputados, dentre os quais Evo Morales; em 2002, Evo concorre à presidência e perde por apenas 4% dos votos para Gonzalo Sánchez de Lozada; em 2005, novamente candidato, Evo vence Jorge Quiroga em primeiro turno, com 54% dos votos, e se torna presidente da Bolívia. Ambos os adversários eram representantes da “direita moderada”.

A primeira medida relevante de seu governo foi a nacionalização de todos os recursos naturais de hidrocarbonetos em 2006. As mudanças mais significativas, no entanto, ocorreram com a realização da Assembleia Constituinte (2006-2009) e a promulgação da nova Constituição Política do Estado (CPE), aprovada em referendo popular com 61,43% dos votos.

Como o próprio texto constitucional afirma, a nova Constituição “deixava para trás os Estados colonial, republicano e neoliberal”, materializando um Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário em que a descolonização é um objetivo primordial. Tem destaque também o estabelecimento de uma nova relação entre o Estado e a sociedade, marcada pelo ingresso às instituições de grupos sociais historicamente excluídos – com demarcadores de classe, raça e gênero – e pela existência de um diálogo constante com os movimentos sociais, principalmente aqueles organizados ao redor do Pacto de Unidade³⁵.

Em 2009, Evo foi reeleito presidente com 64,22% dos votos e o MAS obteve uma inédita maioria qualificada no Legislativo, com mais de dois terços dos assentos parlamentares. Após a refundação do Estado, o objetivo de seu governo foi o desenvolvimento econômico, induzido pelo Estado por meio de suas empre-

sas e do incentivo à industrialização. Os resultados são surpreendentes: entre 2006 e 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em uma média 5,04% ao ano, o salário mínimo foi valorizado em 380% e o desemprego e a pobreza diminuíram de 8% para 5,5% e de 40% para 28%³⁶.

Em razão dessa opção desenvolvimentista, as tensões com os movimentos sociais logo apareceram. A partir de 2010 teve início uma série de mobilizações populares e protestos em oposição às políticas do governo de Evo Morales, com uma crítica especial à sua aproximação com o empresariado e a realização de obras de infraestrutura com impactos diretos sobre a natureza e as populações originárias³⁷. Um dos principais exemplos disso está na questão relacionada ao Território Indígena Parque Nacional Isidoro Secure (TIPNIS)³⁸. A outrora base social e eleitoral do MAS passou a questionar esse modelo de crescimento extrativista e a contestar sistematicamente as suas políticas.

A partir de 2016, um novo fato modificou o cenário boliviano. Em 2014, Evo foi novamente eleito presidente. A Constituição de 2009, no entanto, só permite uma reeleição para os cargos majoritários no país e, com o fim do mandato, Evo Morales não poderia concorrer à reeleição. Nesse contexto, o MAS atuou de forma a inserir na Constituição a possibilidade de uma segunda reeleição. Em fevereiro de 2016, Evo Morales levou a questão a referendo e, em um placar apertado, não conseguiu a vitória esperada: pouco mais de 51% da população foi contrária à proposta. Mesmo com tensões à esquerda e à direita do MAS, em setembro de 2018 o Tribunal Constitucional Plurinacional aceitou um recurso do partido que requeria a alteração de 3 artigos constitucionais e tornou possível a reeleição, autorizando uma nova postulação de Evo à presidência.

Nas eleições gerais de 20 de outubro de 2019, Evo venceu Carlos Mesa, da “direita moderada”, com 47,08% contra 36,51% dos votos³⁹. O pleito foi marcado por tensões e por uma aguçada polarização social e política, levando à acusações de fraude eleitoral e ao golpe de Estado de 2019, protagonizado por forças milita-

36. Fuser, Igor. *Bolívia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

37. Cunha Filho, 2015.

38. Em 2011, Morales avançou com uma proposta de construção de uma estrada que ligasse Vila Tunari, em Cochabamba, a San Ignacio de Moxos, em Beni; a estrada, no entanto, passaria por dentro do TIPNIS – fato que gerou uma grande onda de protestos, capitaneado pela CIDOB, que organizou uma marcha de Beni a La Paz.

39. Na Bolívia, uma candidatura vence em primeiro turno sempre que obtém mais de 50% dos votos ou mais de 40% dos votos e uma distância de 10% dos votos com relação ao segundo colocado.

40. O processo foi liderado pelo Secretário Geral da OEA, Luis Almagro, que tem sido um importante ator na oposição à esquerda e na restauração conservadora no continente.

41. No dia 20 de outubro, depois do fechamento das urnas, a apuração dos votos se deu de forma controversa: o sistema de contagem rápida foi interrompido em torno das 20h, quando apenas cerca de 80% dos votos estavam apurados. Até então, o resultado indicava a possibilidade de um segundo turno entre Morales e Mesa. A apuração somente foi retomada na tarde do dia seguinte, com a declaração de vitória, no primeiro turno, de Morales. A missão de observadores da OEA declarou que a interrupção da contagem dos votos era de "difícil justificativa" e convocou reunião extraoficial para discutir o assunto. No dia 25, o Tribunal Superior Eleitoral divulgou o resultado oficial, com Morales vitorioso ainda no primeiro turno.

42. Em 2020, Patricia Arce foi eleita senadora. Ver "Quero que nenhuma mulher da Bolívia sofra maus tratos, diz ex-prefeita do MAS humilhada por opositores e eleita senadora". Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/celina/quero-que-nenhuma-mulher-da-bolivia-sofra-maus-tratos-diz-ex-prefeita-do-mas-humilhada-por-opositores-eleita-senadora-24705026>. Acesso em 15/12/2020.

43. O relatório da auditoria, que indicou irregularidades na apuração, contagem e transmissão de dados ao Tribunal Supremo Eleitoral, hoje já é amplamente questionado por diversos estudos. Ver "Estudo do MIT não encontra evidência estatística de fraude nas eleições da Bolívia". Disponível em: <https://brasil.elepa.com/internacional/2020-02-28/estudo-do-mit-nao-encontra-evidencia-estatistica-de-fraude-nas-eleicoes-da-bolivia.html>. Acesso em 14/12/2020.

res, de polícias e milícias, com a liderança da "direita radical", que se consolidou nesse mesmo ano no país, e a anuência da "direita moderada". Os fatos políticos que levaram ao golpe e à renúncia de Evo e de seu vice-presidente Álvaro García Liñera, após pressão dissuasória e ameaças à integridade física deles mesmos, são observados a seguir.

Em primeiro lugar, têm destaque as declarações da Organização dos Estados Americanos (OEA)⁴⁰, que questionaram a confiabilidade do pleito e levaram, em 31 de outubro, à realização de uma auditoria eleitoral para averiguar a existência de fraude⁴¹. Após o posicionamento da OEA, Mesa passa a não reconhecer o resultado eleitoral, e as ruas são tomadas por mobilizações populares e protestos, com pautas favoráveis e contrárias ao MAS e ao governo, demandando garantias democráticas.

Em segundo lugar, têm relevância as mobilizações do Comitê Cívico de Santa Cruz, com início em 29 de outubro. Sob a liderança de Luiz Fernando Camacho, um representante da "direita radical", a organização realizou uma paralisação que acabou por receber um amplo apoio popular nessa região, exigindo a anulação do pleito e a convocação imediata de eleições por um órgão eleitoral completamente novo; em 2 de novembro, Camacho passa a ordenar a renúncia de Evo em um prazo de 24 horas.

Em um cenário de polarização social e política, a "direita radical" ampliou a utilização da violência contra manifestantes de esquerda, que passaram a ter a sua integridade física ameaçada por paramilitares e milicianos. Talvez o principal exemplo seja o de Patricia Arce, prefeita do MAS em Vinto, que foi torturada, teve os seus cabelos raspados e foi arrastada no chão por quilômetros em sua própria cidade⁴².

A auditoria eleitoral da OEA apontou irregularidades no pleito – que seriam posteriormente refutadas⁴³ – e Evo se colocou à disposição para a realização de novas eleições. No entanto, já sob a direção da "direita radical", alguns atores exigiram a renúncia imediata do então presidente. Em 10 de novembro, às 16h, o então comandante em chefe das Forças Armadas, Williams Ka-

liman, “sugeri” a renúncia de Evo, sendo seguido pelo comandante da polícia, Yuri Calderón; ambos sugeriram a “renúncia de Evo pela pacificação do país”. Em torno das 17h30, Evo Morales, García Linera e Gabriela Montaña, então ministra da Saúde, renunciaram aos seus cargos. Nas horas seguintes, a maior parte dos ministros e vice-ministros também renunciaram. Às 23h do mesmo dia, o paradeiro de Evo já era pouco conhecido, e às 8h do dia seguinte, o somatório de autoridades que renunciaram chegava a 17. Esse foi o momento que separou os dois tempos do processo. No fim da tarde do dia 10 de novembro, Camacho, escoltado por policiais, entrou no Palacio Quemado segurando uma bíblia e a bandeira nacional boliviana – não a wiphala. Com a declaração de que “sai a Pachamama, entra Deus” no palácio presidencial boliviano, esse foi o momento-chave para que ficasse explícito quais atores políticos passavam a dirigir o processo: a “direita radical”, amplamente violenta e com contornos fascistas.

No vazio de poder após as renúncias de grande parte dos representantes institucionais em função das ameaças violentas, Jeanine Áñez, então segunda vice-presidenta do Senado e senadora pelo departamento de Beni, se autoproclamou presidenta interina do país em sessão legislativa sem quórum suficiente. O seu governo foi marcado pelo uso da violência para a repressão dos movimentos sociais e pela deterioração econômica e dos indicadores sociais no país. As eleições, que deveriam ser realizadas em maio de 2020, foram adiadas três vezes, e finalmente realizadas em outubro desse mesmo ano, tendo como marca o debate sobre a democracia e as disputas de narrativas com relação ao golpe de 2019.

O MAS apresentou as candidaturas de Luis Arce à presidência e de David Choquehuanca à vice-presidência. Arce, ex-ministro da economia de Evo Morales e principal nome à frente da estabilidade e do crescimento econômico boliviano nos últimos anos, foi defendido pelos setores dos centros urbanos e das classes médias ligados ao MAS. Choquehuanca, líder sindical aymara e ex-ministro das Relações Exteriores, foi apoiado por grupos vinculados a movimentos campesino-indígenas das bases do MAS. O acordo mesclou

44. Carlos Mesa foi vitorioso em Beni e Tarija, enquanto Luis Fernando Camacho foi vitorioso em Santa Cruz.

45. Ver “Comunica América Latina”. Disponível em: <http://netsaliesp.uerj.br/wp-content/uploads/2020/10/comunicaAL2.pdf>. Acesso em 13/12/2020.

ambas as estratégias, com vistas a retomar o seu papel de partido e movimento e reconciliar as suas bases sociais e eleitorais.

A vitória do MAS ainda no primeiro turno, com 55.11% dos votos – contra 28.83% de Mesa, pelo Comunidade Cidadã, e 14% de Camacho, pelo Creemos, parece ser resultado dessa bem-sucedida estratégia. Em primeiro lugar, o MAS foi vitorioso em 6 dos 9 departamentos do país⁴⁴, com destaque para a vitória em Chuquisaca (49% dos votos), departamento onde Carlos Mesa havia sido vitorioso em 2019; na capital La Paz, o MAS conquistou mais de 68% dos votos; em Cochabamba, 65% dos votos e, em Oruro, 62% dos votos. Na Assembleia Plurinacional, o MAS conquistou 75 das 130 cadeiras na Câmara dos Deputados e 21 das 36 do Senado, obtendo maioria em ambas as casas. O resultado foi igualmente favorável ao partido em grandes centros urbanos – ampliando, inclusive, a margem nos resultados das eleições de 2019. Pode-se dizer que frente à crise sanitária e econômica o eleitorado apostou na proposta mais conhecida, que já havia apresentado resultados positivos. A oposição à direita do MAS também se dividiu entre os “radicais”, representado por Camacho, e os “moderados”, encarnados por Mesa, em um contexto de retorno do Estado e de preocupação com o aumento das desigualdades sociais e econômicas.

Tão importante quanto a estratégia eleitoral, no entanto, foram as mobilizações populares: todos os 12 meses de resistência ao golpe foram de constante mobilização; entre julho e setembro os protestos demandavam garantias democráticas e a estipulação de um calendário eleitoral; entre 3 e 13 de agosto, ocorreu uma das maiores greves nacionais no país, liderada pela Central Obrera Boliviana (COB) e pelo Pacto de Unidade – que também somou-se à manifestações de professores, sobretudo professores rurais, que lutavam contra a privatização do ensino básico⁴⁵.

Em um feito surpreendente, o MAS permaneceu como principal partido do país, mesmo após uma crise de legitimidade, ligadas ao questionamento da sua agenda de desenvolvimento econômico, de sua relação com a democracia e de seu funciona-

mento interno; e de um golpe de Estado, que organizou e articulou as duas direitas no país. Isso ocorreu, sobretudo, em função de sua fórmula como partido e movimento, capaz de organizar a oposição institucional na Assembleia Plurinacional e dialogar com as organizações do Pacto de Unidade. Mais que isso: a articulação constante de combate ao golpe, seja no plano da autodefesa, como foi no departamento de Cochabamba, ou de denúncia ao governo de Áñez, foi constantemente perpassado pela defesa dos conteúdos programáticos mais relevantes para a agenda do MAS: o combate ao neoliberalismo e a denúncia ao racismo e sexismo do campo à direita.

OS DESAFIOS DAS ESQUERDAS NO CHILE

A democracia no Chile é habitualmente nomeada por “incompleta”⁴⁶ e “semisoberana”⁴⁷ devido ao acordo estabelecido durante a transição à democracia no país, responsável pela manutenção do neoliberalismo e do autoritarismo adotados durante a ditadura militar de Augusto Pinochet (1973-1990).

Em primeiro lugar, tem destaque a continuidade da Constituição de 1980, criada com o objetivo de “proteger” a democracia do próprio povo e, portanto, requerendo maiorias parlamentares de dois terços ou três quintos para a sua modificação. A Carta Constitucional ratificou as reformas neoliberais e as privatizações realizadas por Pinochet e não à toa o Chile é o único país do mundo em que quase 100% de sua água é privatizada de forma perpétua⁴⁸. Nesse Estado subsidiário (o mesmo que mínimo) inexistem direitos fundamentais, como à educação e saúde, e a função social do Estado é restrita a temas de “lei e ordem”, como segurança e defesa⁴⁹.

Em segundo lugar, tem relevância o sistema eleitoral binominal, criado em 1988 na antessala da democracia. Único no mundo com essa magnitude distrital, uma vez que para aceder simultaneamente às duas únicas cadeiras disponíveis no distrito um partido ou coalizão deveria ter no mínimo o dobro dos votos do

46. Garretón, Manuel Antonio. *Neoliberalismo corregido y progresismo limitado*. Los gobiernos de la Concertación en Chile, 1990-2010. Santiago: Editorial Arcis, 2012.

47. Huneus, C. *La democracia semisoberana: Chile después de Pinochet*. [s.l.]: Taurus, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=pAsJrgEACAAJ>.

48. Ver “Acesso à água no Chile fica mais difícil com privatização da era Pinochet”. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/08/acesso-a-agua-no-chile-fica-mais-dificil-com-privatizacao-da-era-pinochet/>. Acesso em 15/12/2020.

49. Garretón, Manuel Antonio. *Neoliberalismo Corregido Y Progresismo Limitado*. Los gobiernos de la Concertación en Chile, 1990-2010. Santiago: Editorial Arcis, 2012. Huneus, C. *La democracia semisoberana: Chile después de Pinochet*. [s.l.]: Taurus, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=pAsJrgEACAAJ>. Moulian, Tomás. *Chile actual*. Anatomía de un mito. Santiago: LOM Ediciones, 2002.

50. Borel, Marcelo; Tanscheit, Talita. Perspectivas Pós-Eleições no Chile. In: *Novos desafios da política na América do Sul e na União Europeia*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2018.

51. Informação oficial disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article3398.html#presentacion>. Acesso em 15/12/2020. Sobre o Plebiscito Nacional de 1988, ver o filme “No” (2012), de Pablo Larraín.

52. Moulian, Tomás. *Chile actual. Anatomia de un mito*. Santiago: LOM Ediciones, 2002.

53. Entre 1989 e 2015 a coalizão foi chamada de Alianza, nome substituído para Chile Vamos em 2015, com o ingresso dos partidos Evolução Política (EVOPOLI), e do Partido Regionalista Independente (PRI).

54. Garretón, Manuel Antonio. *Neoliberalismo Corregido Y Progresismo Limitado. Los gobiernos de la Concertación en Chile, 1990-2010*. Santiago: Editorial Arcis, 2012. Huneeus, C. *La democracia semisoberana: Chile después de Pinochet*. [s.l.]: Taurus, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=W2fBCwAAQBAJ>.

segundo partido ou coalizão mais votado (ou seja, 66,7%) ou o segundo partido ou coalizão mais votado ficaria com a segunda vaga no Legislativo:

O propósito desse mecanismo foi o de garantir que a segunda força eleitoral – no caso, a direita chilena – conseguisse sempre, ou quase sempre, uma das cadeiras em disputa em cada distrito, forçando a existência de um equilíbrio artificial das forças políticas no Poder Legislativo⁵⁰.

O Chile reestabeleceu a sua democracia com o rechaço de 55,99% das pessoas à proposta do Plebiscito Nacional de 1988 e a convocação imediata de eleições gerais para 1989 – o conhecido “Plebiscito do No ⁵¹” A Constituição de 1980 e o sistema eleitoral binominal de 1988, no entanto, definiram as bases de uma possível reconstituição de novas estruturas partidárias e/ou suprapartidárias no país⁵².

Entre 1988 e 2017, duas coalizões organizaram a competição política e eleitoral no Chile, representando, respectivamente, as opções *Si* e *No* no Plebiscito Nacional de 1988: à direita a Alianza⁵³, da Renovação Nacional (RN) e da União Democrática Independente (UDI); e à centro-esquerda a Concertación, do Partido Demócrata-Cristão (PDCCh), do Partido Socialista do Chile (PSCh), do Partido Pela Democracia (PPD) e do Partido Radical Socialdemocrata (PRSD).

No entanto, a clivagem principal do sistema político e partidário no país não foi entre esquerda e direita, mas entre autoritários e democráticos. Contribuiu para tal o acordo estabelecido na redemocratização, em que foram definidas as bases do “modelo chileno” de dupla transição: a uma economia de mercado e a uma democracia “incompleta” e “semisoberana”⁵⁴. Nesse contexto, a democracia passar a ser sinônimo de estabilidade política, sendo desprovida de qualquer conotação normativa ou ideal de igualdade mesmo entre a esquerda, e destacadamente os socialistas.

Um primeiro momento é marcado por um ciclo de vinte anos de governos da Concertación, com os democrata-cristãos Patricio Aylwin (1990-1994) e Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000) e os socialistas Ricardo Lagos (2000) e Michelle Bachelet (2006-2010). Se Aylwin e Frei Ruiz-Tagle priorizaram as lógicas da “transição” ou da “modernização”, Lagos e Bachelet têm o desafio de um novo curso democrático em suas mãos⁵⁵. No entanto, traumatizados pelas experiências da Unidade Popular (UP) e da ditadura militar, esses mandatos não mexeram no “modelo chileno”, estando preocupados em demonstrar que um governo socialista poderia gerar estabilidade política.

Fundado em 1933, o PSCh foi o primeiro partido de esquerda a chegar ao poder democraticamente na América do Sul, e o governo de Salvador Allende (1970-1973) foi uma inspiração para toda a região. Porém, o período é seguido por um golpe cívico-militar com fortes consequências para os socialistas, não apenas interrompendo a “via democrática” ao socialismo, mas também prendendo, torturando ou matando milhares de seus militantes.

Com a redemocratização, prevaleceu no PSCh uma reflexão crítica sobre o governo de Allende e a experiência da UP, em que a polarização ideológica e a hiperpolitização do Estado e da sociedade civil por parte da esquerda teriam precipitado a ruptura democrática à época⁵⁶. Sob essas circunstâncias, é possível afirmar que os socialistas chilenos protagonizaram a maior transformação na relação entre a esquerda e a democracia na América Latina, com um partido homogêneo e sem vínculos sociais, na medida em que a existência de divergências programáticas e a participação das bases poderiam pôr em risco a estabilidade política⁵⁷.

Ainda que subordinados à lógica da Concertación, algumas mudanças podem ser verificadas nos governos socialistas, como a consolidação do poder civil sobre a autoridade militar por meio da Reforma Constitucional de 2005 de La-

55. Aggio, Alberto. O Chile de Lagos: o desafio de um novo curso democrático. *Revista Estudos de Sociologia*, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 1–12, 2000.

56. Posner, Paul W. Local democracy and popular participation: Chile and Brazil in comparative perspective. *Democratization*, [S. l.], 2003. DOI:

57. Pereira da Silva, Fabrício. *Vitórias na crise: Trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ponteio Edições, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=W2fBCwAAQBAJ>. 10.1080/13510340312331293927.

58. Borel, Marcelo. Reformas constitucionais e aprofundamento democrático no Chile: De Pinochet a Bachelet. *Revista Agenda Política*, [S. l.], 2017. DOI: 10.31990/agenda.2017.3.4, p. 128.

59. Gomes da Costa, Murilo; Tanscheit, Talita. E no entanto, ela se move! As Transformações Recentes da Democracia no Chile. In: Soares de Lima, Maria Regina; Pinheiro, Letícia; Albuquerque, Mariana; Gonçalves, Fernanda Nanci; Londoño Niño, Andrés (Org.). *América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2020. p. 70–88. Disponível em: <http://opsa.com.br/livro15anos/>.

60. Atria, Fernando. *Veinte años después: neoliberalismo con rostro humano*. Santiago: Editorial Catalonia, 2015.

61. Donoso, Sofia; Von Bülow, Marisa. Social movements in Chile: Organization, trajectories, and political consequences. [s.l.: s.n.], DOI: 10.1057/978-1-137-60013-4. Somma, Nicolás M.; Medel, Rodrigo. Shifting relationships between social movements and institutional politics. In: *Social Movements in Chile: Organization, Trajectories, and Political Consequences*. [s.l.: s.n.], DOI: 10.1057/978-1-137-60013-4_2.

gos e a eliminação dos chamados “enclaves autoritários” da Constituição de 1980. São exemplos o fim dos nove senadores “designados” ou “biônicos”, que além de não serem eleitos deveriam ser obrigatoriamente ex-chefes das Forças Armadas; o fim dos assentos de senadores vitalícios para ex-presidentes; e a reformulação do Tribunal Constitucional, que deixa de ser composto por integrantes das Forças Armadas para ser integrado somente por civis⁵⁸. Nesse período também foi instaurada a Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura, a “Comissão Valech”, com o objetivo de esclarecer a identidade de pessoas que foram vítimas de violações de direitos humanos durante a ditadura militar. Foram reconhecidos cerca de 30 mil casos que deveriam receber compensações por parte do Estado do Chile⁵⁹.

Tanto Lagos quanto Bachelet buscaram implementar políticas de proteção social, notadamente de combate à pobreza. Visando dar um “rosto humano” ao neoliberalismo, foram realizadas algumas reformas baseadas no aumento do gasto e dos benefícios sociais em áreas específicas de políticas públicas⁶⁰. Em síntese, se na América do Sul houve, por parte dos partidos de esquerda, um forte questionamento ao neoliberalismo, no Chile ele restou intacto.

Um segundo momento, no entanto, é marcado por um revezamento entre a esquerda e a direita na Presidência da República, com Bachelet entre 2006 e 2010 e 2014 e 2018 e Sebastián Piñera entre 2010 e 2014 e a partir de 2018. O período é observado pela reativação da sociedade civil e por protestos e mobilizações populares que questionaram profundamente o “modelo chileno” e ocorreram às margens dos partidos e das instituições⁶¹.

Inicialmente, esse processo foi liderado pelos estudantes secundaristas em 2006, responsáveis por realizar as primeiras manifestações massivas desde o retorno à democracia, em 1990. O movimento *pinguino* denunciou as diferenças entre a qualidade da educação pública e privada e os seus efeitos se-

gregadores no Chile. Como legado da época, tem-se a reivindicação do direito fundamental à educação em resposta à sua privatização durante a ditadura militar⁶².

Em 2011, uma mesma geração de estudantes, agora universitários, modificaram definitivamente a dinâmica social e política chilena. Os protestos foram convocados pela Confederação de Estudantes do Chile (Confech) e começaram em razão do endividamento provocado por um esquema de crédito educacional introduzido em 2006, passando rapidamente à reivindicação do direito fundamental à educação e do fim ao lucro em um país onde não havia ensino superior gratuito – mesmo que público.

O movimento estudantil de 2011 reinterpretou as bases econômicas e políticas do “modelo chileno” estabelecido durante a ditadura militar e exigiu uma maior inclusão social e política da população por meio de uma nova constituição para o país. Mais de 70% da cidadania apoiou aos estudantes e suas demandas por educação pública, gratuita e de qualidade. No entanto, tanto em 2006 quanto em 2011 o governo não soube canalizar essas reivindicações, indicando o descolamento do establishment político da Concertación e da Alianza da sociedade⁶³.

Bachelet foi novamente eleita em 2013 com o programa de governo mais ambicioso desde a transição à democracia, se comprometendo com a realização das reformas tributária, eleitoral, educacional e constitucional. Diversas lideranças das manifestações estudantis de 2011 também foram eleitas ao Legislativo, como Camila Vallejo e Karol Cariola, do Partido Comunista do Chile, Giorgio Jackson, do então Movimento Revolução Democrática, e Gabriel Boric, à época um independente⁶⁴.

Ainda que tenha realizado as reformas tributária e (timidamente) educacional, a grande realização de Bachelet foi a substituição do sistema eleitoral binominal por um sistema eleitoral proporcional em 2015, similar ao brasileiro⁶⁵.

62. Donoso, Sofia. Dynamics of change in Chile: Explaining the emergence of the 2006 pingüino movement. *Journal of Latin American Studies*, 2013. DOI: 10.1017/S0022216X12001228.

63. Donoso, Sofia. Dynamics of change in Chile: Explaining the emergence of the 2006 pingüino movement. *Journal of Latin American Studies*, 2013. DOI: 10.1017/S0022216X12001228.

64. Gomes da Costa, Murilo; Tanscheit, Talita. E no entanto, ela se move! As Transformações Recentes da Democracia no Chile. In: Soares De Lima, Maria Regina; Pinheiro, Leticia; Albuquerque, Marianna; Gonçalves, Fernanda Nanci; Londoño Niño, Andrés (Org.). *América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2020. p. 70–88. Disponível em: <http://opsa.com.br/livro15anos/>.

65. Borel, Marcelo; Tanscheit, Talita. Perspectivas Pós-Eleições no Chile. In: *Novos desafios da política na América do Sul e na União Europeia*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2018.

66. Fazem parte da Frente Ampla os partidos oficialmente inscritos no Serviço Eleitoral RD, Partido Humanista (PH), Partido Liberal (PL), Partido Ecologista Verde (PEV), Poder Cidadão (POD), Partido Igualdade (PI) e os movimentos Movimento Autonomista (MA), Esquerda Autônoma (IA), Esquerda Libertária (IL), Nova Democracia (ND), Partido Pirata do Chile (PPCh), Movimento Democrático Progressista (MDP) e Movimento Socialismo e Liberdade (MSL).

67. Gomes da Costa, Murilo; Tanscheit, Talita. O Direito ao Aborto na América do Sul: os casos do Chile, do Brasil e do Uruguai. *Boletim OPSA*, v. 3, p. 09-13, 2017b. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2017_N03-Jul-Set.pdf

A “reforma das reformas”, no entanto, não foi realizada. Pouco antes de deixar o poder a presidenta enviou ao Congresso Nacional uma proposta para a elaboração de uma nova Constituição, cujo objetivo era estabelecer “uma nova maneira de compreender os direitos fundamentais e a estrutura de poderes do Estado”. Deixando a sua concretização para Piñera, o presidente não demonstrou interesse em dar continuidade a um processo constituinte.

Piñera foi novamente eleito em 2017 em um processo eleitoral marcado pelo fim da antiga Concertación, com o rompimento da aliança histórica entre democrata-cristãos e socialistas, e pela fundação da Frente Ampla, uma nova coalizão de centro-esquerda, com o objetivo de ser uma alternativa à esquerda na arena institucional do país. Os parlamentares e ex-líderes estudantis Jackson e Boric lideraram a fundação da Frente Ampla em conjunto com diversos outros partidos e movimentos sociais⁶⁶ e a coalizão é fruto tanto da reativação da sociedade civil quanto da própria promulgação do sistema eleitoral proporcional. Em um bom desempenho inicial, o bloco político elegeu 20 parlamentares, sendo 7 mulheres, com uma média de idade de 38 anos⁶⁷. No entanto, os dois turnos das eleições presidenciais contaram com uma participação baixíssima, de 46,7% e 49% do eleitorado, evidenciando um mal-estar generalizado com o sistema político e partidário no Chile.

O *estallido* social é em grande medida resultado da incapacidade dos partidos em incorporar demandas da sociedade aos seus programas políticos, mas principalmente da expansão e da diversificação da ação coletiva em curso há quinze anos no Chile. O ciclo de manifestações foi iniciado em 14 de outubro de 2019, e se a sua causa imediata foi o aumento da tarifa de transportes públicos em Santiago, com centenas de estudantes organizando evasões massivas do metrô, em 18 de outubro já existiam vários focos de mobilizações populares e protestos em todo o país.

As manifestações podem ser consideradas o ápice do divórcio entre a sociedade e a política no país, em um contexto que os partidos são estáveis, mas sem raízes⁶⁸. Incorporando um amplo espectro social, das classes baixas às médias e altas, as diversas reivindicações existentes em seus cartazes foram rapidamente convertidas em um descontentamento generalizado com o alto custo de vida do “modelo chileno” e em um clamor pela elaboração de uma nova Constituição para o país. De uma forma geral, a sua principal vitória consistiu em reinterpretar o modelo socioeconômico estabelecido durante a ditadura militar, permitindo que a igualdade, e não apenas a estabilidade, seja novamente um horizonte normativo da democracia chilena⁶⁹.

É com o objetivo de dar uma resposta ao *estallido* social que foi realizado o Plebiscito Nacional de 2020, a fim de determinar se a população concordava com o início de um processo constituinte para a redação de uma nova Constituição e definir o mecanismo para a realização desse processo, uma Convenção Constitucional ou uma Convenção Mista. Em 25 de outubro, 80% da população optou por aprovar a redação de uma nova Constituição por meio de uma Convenção Constitucional (o mesmo que Assembleia Constituinte) com paridade entre mulheres e homens, com um apoio expressivo entre a população mais jovem e pobre.

O que vem pela frente? Em 11 de abril de 2021 será a eleição para definir quem serão as e os parlamentares constituintes. São 9 meses para redigir uma nova Constituição, com um prazo prorrogável por mais 3 meses. Por fim, o texto será submetido a um plebiscito ratificatório com voto obrigatório. Vale destacar que nesse mesmo dia serão realizadas as eleições municipais e para governadores regionais, e nesse mesmo ano as eleições nacionais. Sob esse cenário, a coordenação política e eleitoral da esquerda e da direita é um imperativo.

Tanto o *estallido* social quanto a aprovação de uma nova Constituição indicam uma derrota do establishment e

68. Luna, Juan Pablo; Altman, David. Uprooted but stable: Chilean parties and the concept of party system institutionalization. *Latin American Politics and Society*, [S. l.], 2011. DOI: 10.1111/j.1548-2456.2011.00115.x.

69. Gomes da Costa, Murilo; Tanscheit, Talita. E no entanto, ela se move! *Ibidem*, p. 70–88. Disponível em: <http://opsa.com.br/livro15anos/>.

especialmente da direita chilena, que se engajou fortemente na campanha contrária ao processo constituinte. Os próximos desafios envolvem a reserva de vagas para populações originárias e afrodescendentes na Convenção Constitucional e a sua conversão em um processo deliberativo constituinte capaz de gerar adesão política e legitimidade democrática, diminuindo a distância entre a sociedade e a política.

O Plebiscito Nacional de 2020 foi um acerto de contas com o legado autoritário e com um modelo restritivo de democracia. É também um chamado à maioria da esquerda chilena, que enfrenta atualmente um enorme problema de legitimidade e enraizamento, em um contexto em que a “democratização da democracia” ocorre a despeito e apesar de seus partidos. O 25 de outubro de 2020 foi o dia mais importante do Chile desde a vitória do *No* em 1988. Que a história agora seja feita pelo povo, e não pelas suas elites.

PRESENTE E FUTURO DAS ESQUERDAS NA AMÉRICA DO SUL

Nos últimos anos, as democracias sul-americanas vêm enfrentando desafios que vão desde o fortalecimento da “direita radical”, como os exemplos de Áñez e Camacho na Bolívia e Manini Ríos no Uruguai, quanto a novas formas de golpismo e de *lawfare*, como o Brasil e a destituição de Dilma Rousseff em 2016 e a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva em 2018. Ainda assim, é possível observar a resiliência da esquerda na região, como as lições deixadas às experiências do Uruguai, da Bolívia e do Chile demonstraram recentemente.

No Uruguai, a estabilidade política e democrática permanece, assim como a forte presença de variadas formas de ação coletiva para além dos partidos e com forte presença territorial. As “duas pernas” da FA, coalizão e movimento, dão indícios suficientes de solidez, e a InterSocial será, ao que tudo indica, um espaço fundamental para a oposição às políticas de

orientação neoliberal do governo de Lacalle Pou e para a atualização programática da esquerda.

Na Bolívia, o MAS logrou uma ampla vitória no Executivo e no Legislativo em 2020 após um golpe de Estado que utilizou ostensivamente da violência. Parte desse êxito é creditado à estratégia Arce e Choquehuanca, recuperando as bases do campo e da cidade do partido e colocando as crises sanitária e econômica no centro do debate político. Mais do que isso, o entrelaçamento entre nação, classe e raça, que refundou o Estado boliviano por meio do plurinacionalismo e do comunitarismo, parece ser fundamental.

Ao mesmo tempo, a denúncia ao golpe tanto nas ruas quanto nas instituições foi fundamental para a oposição ao golpe de Estado no país, contando com a participação ativa do Pacto da Unidade. Esse foi o caminho possível para a construção de outras lideranças políticas pelo MAS para além de Evo, bem como para solucionar tensões no seio da esquerda que foram intensificadas nos últimos anos.

No Chile, os socialistas optaram por uma “democracia de acordos” cuja base é a estabilidade política que aprofundou as bases econômicas e políticas do “modelo chileno”, ainda que os governos da Concertación, e especialmente de Lagos e Bachelet, tenham logrado alguns avanços⁷⁰. Como contraponto, os protestos e as mobilizações populares lograram difundir uma agenda à esquerda, com a garantia de direitos e o fortalecimento das atribuições do Estado – similares às originalmente estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 no Brasil.

Nem a antiga Concertación nem a novíssima Frente Ampla possuem enraizamento social, especialmente entre os mais pobres, o principal desafio da esquerda chilena⁷¹. O processo constituinte é uma oportunidade histórica não apenas para o Chile, mas também para a esquerda, e especialmente para os socialistas, que deverão decidir pela prevalência entre o “peso da noite”⁷² ou pela criação de uma nova manhã. A forma como as esquerdas estarão organizadas na

70. Navia, Patricio. *Malaise in representation in Chile: An 18-year-old debate in search of evidence*. In: *Malaise in Representation in Latin American Countries: Chile, Argentina, and Uruguay*. [s.l.: s.n.]. DOI: 10.1057/978-1-137-59955-1_5.

71. A exceção à regra é o Partido Comunista do Chile, com um forte trabalho territorial e comunitário.

72. Expressão alcunhada por Diego Portales no século XIX para explicar o desenho centralista e autoritário do Estado no país. Atualmente é utilizado em alusão à ditadura militar e os “enclaves autoritários” da ditadura, cuja marca é a inércia e os obstáculos a possíveis transformações. Entrevista com Marcelo Schilling, 19 de março de 2018.

disputa pela construção democrática do Chile é fundamental para o seu próprio futuro.

É sob esses marcos que afirmamos, atualmente, a existência de um continente em disputa – com maior ou menor estabilidade democrática a depender do contexto – entre as direitas e as esquerdas. O maior desafio parece ser o retorno do “neoliberalismo autoritário” em um contexto de “restauração conservadora”. Compreender o nosso passado e, nesse caso, os caminhos e descaminhos de nossos vizinhos, parece ser útil para a atuação no presente e para a definição das estratégias futuras em um continente no qual o Brasil, e destacadamente o PT, exercem papel fundamental.